

# Saúde política

Embora a distribuição dos recursos federais para atividades sociais sempre tenha obedecido mais a critérios clientelísticos do que a critérios técnicos, desta vez as autoridades de Brasília exageraram: além de terem desviado uma parte significativa das verbas do Sistema Único e Descentralizado de Saúde para a construção dos Ciacs, o que sobrou foi quase inteiramente repartido entre os governadores e prefeitos vinculados ao esquema político-partidário do ministro da Saúde e do próprio presidente da República. É por esse motivo que Estados como Paraná, Alagoas e Rio de Janeiro foram aquinhoados com fatias generosas do orçamento do Inamps, enquanto São Paulo, entre outros, acabou ficando com as migalhas.

No ano passado, nosso Estado recebeu verbas 30% menores do que as repassadas pela União em 1990. Sem poder contar com o que tinha direito para a construção de novos hospitais e para reequipar os existentes, os estabelecimentos de propriedade do governo estadual conseguiram sobreviver a duras penas, com recursos da Secretaria de Saúde. Já os estabelecimentos particulares conveniados com o Inamps encontram-se atualmente numa situação agônica, com instalações degradadas, equipamentos deteriorados e sem condições de dar alimentação e de fornecer remédios aos seus pacientes. Até mesmo os hospitais de propriedade da União vêm enfrentando dificuldades para continuar funcionando. O Hospital São Paulo, que atende diariamente a mais de mil casos de emergência, somente não fechou seu Pronto-Socorro porque o governador Luís Antônio Fleury Filho concedeu, abrindo um perigoso precedente, um auxílio financeiro de Cr\$ 2 bilhões.

Irritado com o fato de estar sendo obrigado a cobrir falhas do Ministério da Saúde e revoltado com a irresponsabilidade dos dirigentes do Inamps, Fleury fez recentemente uma grave denúncia: segundo ele, os recursos federais para saúde pública

estariam sendo distribuídos com propósitos meramente eleitorais, para fortalecer os candidatos vinculados ao governo Collor no pleito de outubro próximo. De acordo com o governador, o coordenador do Inamps em São Paulo estaria procurando pessoalmente os prefeitos para promover o repasse direto de verbas da União, sem intermediação da Secretaria de Saúde, e para financiar a construção de mini-hospitais em cidades que não precisam deles, deixando, assim, de pagar o que deve aos hospitais particulares e aos hospitais públicos estaduais. "O povo precisa de uma política de saúde e não mais de uma saúde política" — concluiu o governador Luís Antônio Fleury Filho.

Até o momento, nenhuma autoridade federal do setor de saúde forneceu qualquer explicação sobre essa denúncia. Elas também não fizeram um único comentário sobre a crítica feita por Fleury, no sentido de que o governo Collor careceria de uma política de saúde formulada com um mínimo de competência, nem, muito menos, sobre a disposição do Sindicato dos Hospitais de São Paulo de impetrar uma ação judicial contra o Inamps, exigindo o pagamento imediato — e com correção monetária — do que têm direito por serviços já prestados. O único argumento apresentado pelo ministro Alceni Guerra para justificar esse cenário de caos, em que se converteu a saúde pública brasileira, é que a inflação dos últimos meses dificultou o planejamento financeiro da Previdência.

Essa irresponsável e imoral manipulação eleitoral dos recursos da saúde pública, com a finalidade de conquistar votos e influenciar eleitores, conjugada com sucessivas demonstrações de incompetência na formulação de uma política coerente para o setor, num país permanentemente vulnerável a surtos epidêmicos, é mais uma prova de que a crise brasileira tem um único e monstruoso foco gerador: o Estado nacional.